

## Formação Acadêmica e Prática Profissional dos Psicólogos que Trabalham em Universidades Federais

Mônica Rafaela de Almeida<sup>1</sup>  
1Universidade Federal Rural do Semi-Árido,  
Mossoró, RN, Brasil.

Isabel Fernandes de Oliveira<sup>2</sup>  
2Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Natal, RN, Brasil.

Pablo de Sousa Seixas<sup>2</sup>  
2Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

**Resumo:** De 2003 a 2016, houve um processo de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) que promoveu crescimento significativo das contratações de psicólogos por essas instituições. Diante disso, este trabalho procurou analisar a formação acadêmica e a prática profissional dos psicólogos que atuam nas Ifes por meio de duas etapas: inicialmente, realizou-se um levantamento dos psicólogos existentes nas Ifes e, em seguida, elaborou-se um questionário que foi respondido por 144 desses profissionais. As informações da primeira etapa da pesquisa indicaram que há 873 psicólogos atuando nas Ifes; que o período de maior contratação desses profissionais foi de 2008 a 2017; e que eles estão lotados em diferentes setores das Ifes, mas atuam majoritariamente na assistência estudantil. Os dados da segunda etapa do estudo indicaram que a maioria dos psicólogos que atuam nas Ifes são mulheres, tem idade entre 26 e 37 anos, apresentou tempo médio de formação inicial de 5 anos e tem qualificação *lato* ou *stricto sensu*. Os psicólogos têm enfrentado desafios variados e desenvolvido diversas atividades para responder às demandas existentes. Assim, os resultados sugerem que, no contexto de expansão e interiorização das Ifes, a psicologia tem atuado em um campo profícuo, especialmente por meio das políticas de acesso ao Ensino Superior e de permanência estudantil.

**Palavras-chave:** Psicologia, Ensino Superior, Exercício Profissional.

---

## Academic Training and Professional Practice of Psychologists Working in Federal Universities

**Abstract:** With the expansion of Federal Higher Education Institutions (IFES) between 2003 and 2016, the number of psychologists hired by these institutions significantly increased. In this scenario, this work sought to analyze the academic formation and professional practice of psychologists working in the IFES through a two-stage research. Initially, a survey of the existing psychologists in the IFES was performed, indicating the presence of 873 professionals acting in different sectors of the institutions, being students' assistance the most common. This stage also verified that most professionals were hired between 2008 and 2017. Then, a questionnaire was structured and answered by 144 psychologists working in the IFES, indicating that most of them are women, aged from 26 to 37 years, with an initial training time of five years on average, and with a *lato* or *stricto sensu* qualification. The psychologists reported varied challenges in acting within this environment, developing several strategies to meet with the existing demands. Thus, Psychology has had a productive field of action in the context of expansion and internalization of the IFES, especially through access and permanence policies.

**Keywords:** Psychology, Higher Education, Professional Practice.

## Formación Académica y Práctica Profesional de los Psicólogos que Trabajan en Universidades Federales<tit3>

**Resumen:** De 2003 a 2016 hubo un proceso de expansión de las Instituciones Federales de Enseñanza Superior (IFES) que promovió un crecimiento significativo en las contrataciones de psicólogos para esas instituciones. Frente a lo anterior, este trabajo pretendió analizar la formación académica y la práctica profesional de los psicólogos que actúan en IFES. Para ello, se buscó la información en dos etapas: primero se realizó un levantamiento de los psicólogos existentes en IFES, después se construyó un cuestionario que se aplicó a 144 psicólogos que trabajan en IFES. La información de la primera etapa indicó que existen 873 psicólogos actuando en IFES, con el período de mayor contratación de estos profesionales entre 2008 y 2017, son diversos sectores de las IFES en que actúan, con mayor predominio en la asistencia estudiantil. Los datos de la segunda etapa indicaron que los profesionales psicólogos que actúan en IFES son la mayoría mujeres, con edades de entre 26 y 37 años, con tiempo promedio de formación inicial de 5 años y tienen calificación lato o stricto sensu. Los psicólogos se enfrentan a varios desafíos y desarrollan diversas actividades para responder a las necesidades existentes. Los resultados sugieren que, en el contexto de expansión e interiorización de las IFES, la Psicología tuvo un campo provechoso de actuación, especialmente en políticas de acceso a la enseñanza superior y de permanencia estudiantil.

**Palabras clave:** Psicología, Enseñanza Superior, Ejercicio Profesional.

### Introdução

De 2003 a 2016, houve um processo de expansão do ensino superior brasileiro, atrelado ao discurso de democratização do acesso. Nesse cenário, ocorreram a construção e interiorização de novas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes); a criação de novos cursos; a ampliação de vagas nas Ifes já existentes e da oferta de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (Almeida, 2019; Cabral Neto & Castro, 2018; Dantas, 2017; Dias, 2010; Paula & Lamarra, 2011).

Assim, ampliou-se o número de vagas e a quantidade de matrículas na educação superior (Almeida, 2019; Carvalho & Ferreira, 2016; Silva & Costa, 2018). Nas Ifes, esse processo se deu por meio de algumas políticas: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que buscou estabelecer as condições para a ampliação do acesso e da permanência na graduação presencial das universidades federais (Decreto n. 6.096, 2007); a adoção da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de ingresso no ensino superior (Portaria n. 807, 2010); e a implantação da política de cotas (Lei n. 12.711, 2012), que estabeleceu a reserva de vagas para grupos tradicionalmente

excluídos do ensino superior (negros, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência).

Além disso, em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que busca promover ações – como bolsas, auxílios, moradia, transporte, alimentação, esporte, atenção à saúde e acompanhamento didático-pedagógico – de apoio à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade nos cursos de graduação presencial das universidades federais (Decreto n. 7.234, 2010). Assim, entende-se que a criação desse programa e das políticas de acesso supracitadas exigiu a contratação de mais profissionais para as universidades federais, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento dos estudantes e apoiar sua permanência no ensino superior. Esse contexto pode ter aumentado também o número de psicólogos nessas instituições.

Tais políticas possibilitaram um expressivo crescimento de cursos e matrículas na graduação presencial das Ifes, assim como da quantidade de universidades federais e *campi* no interior do país (Carvalho & Ferreira, 2016). De 2003 a 2016, houve um salto de 45 para 63 universidades federais e de 148 para 274 *campi*. Cresceu também o número de municípios atendidos

por essas instituições, de 114 para 272, representando um índice de 138% (Almeida, 2019).

Assim, atualmente, há 110 Ifes, distribuídas da seguinte forma: 63 universidades federais, 2 centros universitários, 5 faculdades e 40 institutos federais/Cefet, que atendem um público de 1.394.984 estudantes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2019).

Além dos elementos supracitados, houve crescimento global na quantidade de professores e Técnicos Administrativos em Educação (Taes) de níveis médio e superior contratados para atuar nas universidades federais. Entre eles, tem-se os psicólogos, que tiveram uma ampliação significativa de postos de trabalho nesse campo.

Vale ressaltar que mesmo antes das políticas supracitadas, já havia profissionais da psicologia atuando nas universidades federais, inseridos nos serviços-escola, nos hospitais universitários e na gestão de pessoas. Mas as políticas de acesso e permanência implantadas nos anos recentes acarretaram a ampliação da demanda das Ifes por esse profissional, que foi inserido em outros campos de atuação, como a assistência estudantil, de modo a responder às necessidades do PNAES de acompanhamento e avaliação dos estudantes assistidos.

Essa ampliação de demandas por psicologia nas Ifes pode estar associada à busca de mecanismos para contribuir com a redução dos índices de reprovação, retenção e evasão nos cursos de graduação (Almeida, 2019; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2014; Oliveira, 2016; Zavadski & Facci, 2012). Além disso, o aumento do número de psicólogos pode ter relação com a política de avaliação dos cursos de graduação, que prevê, em seus instrumentos, uma pontuação para as instituições que têm núcleos de assistência psicopedagógica (Inep, 2017).

Nesse cenário em que a educação superior brasileira foi expandida e interiorizada como forma de atender as reivindicações da classe trabalhadora por acesso à universidade – uma luta histórica que encontrou, nos últimos anos, espaço político para atendimento parcial de suas demandas –, houve maior abertura para o estabelecimento de políticas de acesso e permanência. Tal movimento possibilitou a contratação de equipes multiprofissionais para as Ifes, formadas principalmente por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, que passaram a atuar na assistência estudantil.

Assim, a presença do psicólogo na educação superior se amplia, atravessada por diversos dilemas

e desafios que demandariam a construção de novos fazeres (Oliveira, 2016; Santana, Pereira, & Rodrigues, 2014). Isso denota a importância de se conhecer quem são esses profissionais e como tem se dado sua prática profissional nas Ifes.

O cenário apresentado tem sofrido intensas e profundas alterações desde 2016, principalmente após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 95 (Emenda Constitucional n. 95, 2016), que instituiu um novo regime fiscal para os gastos governamentais durante os próximos vinte anos. Isso tem se traduzido em cortes orçamentários para as Ifes, o que estagna a ampliação das políticas de acesso e permanência, indo na contramão da democratização do ensino superior e afetando diretamente o trabalho dos psicólogos que atuam na assistência estudantil.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou apresentar informações sobre a formação acadêmica e a prática profissional dos psicólogos que atuam nas universidades federais, inscrita na mesma tradição dos estudos acerca da caracterização da atuação profissional do psicólogo, inaugurada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1988) a partir da necessidade de produzir informações sobre os profissionais brasileiros.

Essa perspectiva de pesquisas deu embasamento aos estudos de Yamamoto, Siqueira e Oliveira (1997), acerca das condições profissionais e o ensino da psicologia no Rio Grande do Norte (RN); de Yamamoto, Trindade e Oliveira (2002), que discutem a atuação do psicólogo nos hospitais do RN; de Oliveira et al. (2004) sobre a caracterização da formação e a atuação do psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde de Natal (RN); de Lisboa e Barbosa (2009), que fizeram uma caracterização dos cursos de graduação de psicologia no Brasil; de Bastos e Gondim (2010) sobre o cenário atual e o futuro da psicologia no país; de Macedo e Dimenstein (2012), acerca do trabalho dos psicólogos nas políticas sociais; de Almeida e Malagris (2015), que discutem a atividade e a formação do psicólogo hospitalar; e de Seidl, Duarte, Magalhães e Costa (2019) sobre o perfil e as práticas profissionais de psicólogos da saúde do Distrito Federal.

Tais pesquisas possibilitaram dimensionar o crescimento da psicologia em diversos campos de atuação, apresentando informações sobre o que os profissionais fazem, em quais condições, quais dificuldades enfrentam e que relações estabelecem com os diversos segmentos sociais.

Assim, este estudo procurou analisar a formação acadêmica e a prática profissional dos psicólogos que atuam nas universidades federais. Para apreender esse objetivo, buscou-se fazer uma caracterização sociodemográfica desses profissionais; conhecer sua formação acadêmica básica e complementar; e identificar como tem se configurado o exercício profissional nesse campo de atuação a partir das políticas de expansão e democratização do ensino superior brasileiro.

### **O estudo: Elementos do método**

Para responder aos objetivos propostos, a coleta de dados foi dividida em duas etapas. Na primeira, realizou-se um levantamento de dados dos psicólogos atuantes nas universidades federais. Por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), cada Ifes enviou as seguintes informações: quantidade de psicólogos existentes na instituição, tempo de atuação e setor de lotação.

Na segunda etapa da pesquisa, tendo como referência os estudos de Oliveira et al. (2004) e Yamamoto et al. (2002), foi construído um questionário composto por 46 perguntas. Por meio desses dados, procurou-se caracterizar a formação, a inserção e a prática profissional dos psicólogos nas universidades federais. As perguntas foram organizadas por meio da plataforma Google Forms, que permite a construção de formulários on-line.

Na página de abertura do questionário, foi feito um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que descrevia o estudo, seus objetivos, dados dos pesquisadores responsáveis (e-mail e instituição de filiação) e as considerações éticas (sigilo, confidencialidade, anonimato, participação voluntária, riscos e benefícios). O TCLE foi construído segundo as normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos (Resolução n. 510, 2016).

Após a construção do questionário, contatou-se as pró-reitorias ou estruturas administrativas de gestão de pessoas e de assuntos estudantis das 63 Ifes para apresentar a pesquisa e os pesquisadores envolvidos e disponibilizar o link do formulário, solicitando que fosse enviado aos psicólogos da instituição. Vale ressaltar que os e-mails dos destinatários foram encontrados nos sites oficiais das universidades.

A pesquisadora principal, que é psicóloga atuante em uma Ifes, também disponibilizou o material em grupos direcionados a profissionais desse segmento em redes sociais como Facebook e WhatsApp,

já que tais ferramentas são, hoje, a forma mais comum de comunicação e agregação social (Souza, Araújo, & Paula, 2015). Optou-se pelo uso dessa estratégia como forma de alcançar a maior quantidade possível de psicólogos das universidades federais brasileiras. A coleta de dados ocorreu em 2017 e durou oito meses.

Os dados deste estudo dizem respeito às informações coletadas na primeira etapa da pesquisa e aos dados de 144 profissionais (16% dos psicólogos lotados nas universidades federais) que responderam ao questionário da segunda etapa da pesquisa. É importante ressaltar que, apesar do retorno de 16% dos psicólogos que responderam ao questionário, a amostragem ficou dentro do esperado em pesquisas de natureza similar (Almeida & Malagris, 2015; Bastos & Gondim, 2010; Lhullier & Roslindo, 2013; Oliveira et al., 2004; Seidl et al., 2019; Yamamoto et al., 2002).

Assim, os resultados apresentados aqui devem ser tomados levando em consideração que o desenho de pesquisa não previu um plano de amostragem, uma vez que a lógica que presidiu o planejamento foi censitária. Com auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 2.0), as informações coletadas foram objeto de análises estatísticas descritivas (frequências, variância, média e desvio padrão).

A operacionalização do estudo zelou pelo sigilo, pela confidencialidade e pelo anonimato dos dados, resguardando todas as diretrizes regulamentadoras da pesquisa com seres humanos, preconizadas pela Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## **Resultados e discussão**

### **Caracterização geral dos psicólogos que atuam nas universidades federais**

Os dados apresentados e discutidos nesta seção são provenientes da primeira etapa da pesquisa. Há 873 psicólogos atuando em Ifes, distribuídos entre as 63 universidades federais localizadas nas cinco regiões brasileiras da seguinte forma: 38% no Sudeste; 27% no Nordeste; 16% no Sul; 11% no Centro-Oeste; e 8% na região Norte.

Os números apontam a predominância de psicólogos nas Ifes das regiões Sudeste e Nordeste, resultados que podem estar associados à maior quantidade de universidades federais nessas duas regiões, a saber, 19 e 18, respectivamente.

As Ifes com maiores quantidades de psicólogos em seus quadros de servidores ativos são: Universidade Federal do Rio de Janeiro (61 psicólogos); Universidade de Brasília (52 psicólogos); Universidade Federal de Uberlândia (36 psicólogos); Universidade Federal Fluminense (35 psicólogos); Universidade Federal de Minas Gerais (34 psicólogos); Universidade Federal do Paraná (34 psicólogos); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (33 psicólogos); e Universidade Federal de São Paulo (32 psicólogos).

É possível inferir que tal concentração está relacionada à grande quantidade de estudantes dessas instituições, ao fato de serem universidades com mais tempo desde a criação e terem hospitais universitários estruturados, além de grande parte delas instituições ter cursos de psicologia consolidados.

Observou-se ainda que o período de maior contratação dos psicólogos nas Ifes foi de 2008 a 2017, quando houve a entrada de 61,3% dos que estão atualmente nas universidades, ou seja, 535 profissionais. É fato que havia uma demanda represada por servidores nas universidades federais em virtude das políticas de ajuste fiscal implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e que impediram a contratação de profissionais para as Ifes (Carvalho & Ferreira, 2016). Mas não é possível fazer vistas grossas ao fato de que, não por acaso, esse foi o interregno em que ocorreu a implantação das principais políticas de acesso e permanência no ensino superior público federal, tais como Reuni, PNAES e cotas, fatores importantes ao considerarmos especificamente a inserção de psicólogos nesse espaço.

Os psicólogos atuantes nas Ifes estão lotados em diferentes setores, no entanto, a assistência estudantil tem se mostrado majoritária no campo, com 48% dos psicólogos em serviços de apoio, de inclusão e de diversidade. Os outros setores de atuação do psicólogo nas Ifes são: gestão de pessoas (23%), hospitais universitários (17%), clínica-escola (10%) e Pró-Reitorias de Graduação (2%).

A partir dos dados coletados, observou-se que, antes da efetivação da assistência estudantil enquanto programa nacional, os psicólogos que atuavam nas Ifes estavam inseridos na gestão de pessoas, nos hospitais universitários, nas clínicas-escolas e nas pró-reitorias de graduação. Após a criação do PNAES, passam a assumir funções relacionadas ao acesso e à permanência dos estudantes, desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção

à saúde; democratização do acesso às tecnologias da informação; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. É responsabilidade de cada universidade definir os critérios e a metodologia dessas ações (Decreto n. 7.234, 2010).

Nessa perspectiva, a psicologia assume um lugar de destaque em espaços destinados a ações de promoção à saúde, de apoio pedagógico e de inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Oliveira, 2016). Esse novo campo de trabalho na educação superior gera outro desafio, relacionado à construção de novas práticas que busquem focalizar o contexto educacional como um todo e suas implicações na vida dos estudantes universitários, procurando romper com um modelo de patologização e individualização das demandas estudantis (Lima, 2015; Moura & Facci, 2016).

Assim, a prática do psicólogo que atua em apoio ao estudante, inclusão e diversidade necessita estar voltada para as relações do contexto acadêmico e suas interfaces com o cenário político, social e econômico da sociedade, compreendendo que as capacidades humanas são determinadas por variáveis do mundo material (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2014; Zavadski & Facci, 2012).

### **Perfil dos psicólogos que atuam nas Ifes**

As informações apresentadas e discutidas nesta seção e nas subsequentes, *Formação acadêmica dos psicólogos que atuam nas Ifes* e *Inserção e prática profissional dos psicólogos que atuam nas Ifes*, são provenientes da segunda etapa da pesquisa. A maioria dos psicólogos que responderam ao questionário eram mulheres (78%), perfil que reproduz em pequena escala dados frequentemente encontrados em estudos acerca do profissional de psicologia (Almeida & Malagris, 2015; Bastos, Gondim, & Rodrigues, 2010b; Lhullier & Roslindo, 2013; Macedo & Dimenstein, 2012; Seidl et. al, 2019), que é majoritariamente feminino: nove em cada dez pessoas que exercem a profissão no Brasil são mulheres, proporção que não parece ter sofrido alterações significativas desde o final da década de 1980, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2016).

Observou-se ainda que a idade dos profissionais teve uma variação de 25 a 61 anos, sendo que a maioria (67%) está inserida nas faixas etárias de 25 a

31 anos e de 32 a 37 anos. Esses dados mostram que há profissionais relativamente jovens atuando nas universidades federais. Para Bastos et al. (2010b), isso pode estar relacionado ao crescimento acentuado da psicologia enquanto profissão, que ocorreu a partir do final dos anos 1990 e levou ao ingresso de um contingente cada vez maior de jovens no campo.

No que se refere à cor/raça, grande parte dos participantes (62%) se declararam brancos, seguidos de 30% que se denominaram pardos, 5% que se declararam negros e 3% que afirmaram ser amarelos. A maioria dos participantes (97%) informou não possuir nenhum tipo de deficiência. Esses dados estão muito distantes da composição da população brasileira e se aproximam de pesquisas que apontam a existência de uma baixa representatividade de negros, amarelos, indígenas e pessoas com deficiência na psicologia, o que representa mais um desafio para que a profissão tenha uma composição mais similar à realidade da maioria da população (Lhullier & Roslindo, 2013).

Os salários dos psicólogos que atuam nas Ifes são paritários federalmente, mas podem variar de acordo com o tempo de serviço, o tipo de formação acadêmica *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e outros vínculos empregatícios. Verificou-se que 60% dos psicólogos que participaram do estudo têm faixa de renda mensal bruta de R\$5.000,00 a R\$7.000,00; seguidos de 25% que apresentam rendimentos entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00; 13% com renda entre R\$7.000,00 e R\$9.000,00; e 2% com rendimentos entre R\$9.000,00 e R\$11.000,00. Assim, a maioria tem rendimento maior que a média salarial dos psicólogos brasileiros, que é em torno de 5 salários mínimos (Almeida & Malagris, 2015; Bastos et al., 2010b; Lhullier, Roslindo, & Moreira, 2013; Seidl et. al, 2019).

Em relação à carga horária semanal de trabalho, observou-se que a maioria dos participantes da pesquisa (76%) trabalha 40 horas nas Ifes. Mas existe uma quantidade significativa (24%) que trabalha 30 horas semanais. A carga horária menor que 40 horas semanais pode estar relacionada à flexibilidade de horários de alguns setores ou serviços de atendimento ao público que funcionam em turnos contínuos, com escalas de profissionais que trabalham 6 horas por dia para atender a comunidade acadêmica nos três períodos (Decreto n. 1.590, 1995).

A maioria dos psicólogos (80%) relatou não ter outros vínculos empregatícios, dedicando-se

exclusivamente ao trabalho nas Ifes. Dos profissionais que têm outro vínculo empregatício (20%), observou-se que a maioria atua em consultórios particulares (70%) e no exercício da docência em IES privadas (30%).

O exercício de outras atividades somadas ao trabalho nas Ifes pode indicar que, para manter a renda em patamares razoáveis, é necessário que haja uma complementação da jornada. Tal aspecto é compartilhado com outras ocupações, principalmente em decorrência das mudanças que ocorreram no mundo do trabalho atualmente – caracterizadas por flexibilização das relações trabalhistas, enfraquecimento do movimento sindical, terceirização e crescimento da informalidade – e que aumentaram a precarização. Além disso, apesar de os psicólogos terem ampliado seu campo de atuação profissional nas últimas décadas e conseguido se inserir no mercado de múltiplas formas, poucos obtêm rendimentos mais elevados (Bastos, Gondim, & Borges-Andrade, 2010a). Esses dados indicam possível precarização das condições de trabalho, o que pode provocar desgaste profissional, bem como risco à convivência social e à saúde desses profissionais (Santos, 2018). Com isso, percebe-se que o fazer profissional dos psicólogos está inserido nos processos de precarização do mundo do trabalho da sociedade capitalista, mas a psicologia, aparentemente, não se configura como uma categoria extremamente precarizada (Lessa & Tonet, 2011).

Em relação ao estado civil, 61% dos psicólogos declararam ser casados ou estar em uma união estável, 32% informaram ser solteiros e 7% disseram estar separados judicialmente, divorciados ou desquitados. Quanto à composição do grupo familiar, 60% dos participantes têm família com até duas pessoas; 21%, com até três pessoas; 16%, com até quatro pessoas; e 3%, acima de quatro pessoas. Essas informações evidenciam que a maioria dos psicólogos que responderam ao questionário faz parte de grupos familiares pequenos, o que se diferencia de grande parte da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016).

Esses indicadores estão próximos aos encontrados em estudos de natureza similar e indicam que o perfil dos psicólogos atuantes nas Ifes é constituído majoritariamente por mulheres jovens, que se autodeclararam brancas, casadas, com grupo familiar pequeno, média salarial de R\$3.000,00 a R\$7.000,00 e carga de trabalho de 40 horas semanais (Almeida & Malagris, 2015;

Bastos & Gondim, 2010; Lhullier & Roslindo, 2013; Seidl et al., 2019; Yamamoto et al., 2002).

## **Formação acadêmica dos psicólogos que atuam nas Ifes**

O tempo médio de formação acadêmica inicial (graduação) dos psicólogos que responderam ao questionário é de 5 anos, variando de 2 a 20 anos. Ademais, a maioria dos profissionais (70%) tem de 6 a 20 anos de formados. Essas informações podem indicar que esse grupo é relativamente jovem, mas já teve outras experiências de atuação profissional na psicologia antes de ingressarem nas Ifes.

Além disso, verificou-se que a graduação da maioria (70%) ocorreu em IES públicas. Tal resultado difere dos obtidos no estudo de Bastos et al. (2010b), em que a formação acadêmica inicial da maioria dos psicólogos é feita em cursos de IES privadas.

Em relação à formação acadêmica complementar, 47% dos profissionais possuem especialização; 42% têm mestrado e 7% são doutores. Ao relacionar esses dados com o tempo de formação acadêmica inicial, verificou-se que quanto maior o tempo de graduação, maior a qualificação acadêmica complementar. Além disso, observou-se que, nos últimos dois anos, a maioria dos profissionais (87%) tem buscado fazer outros tipos de formação acadêmica complementar: cursos de curta duração e de aperfeiçoamento; grupos de estudo; supervisão; eventos científicos (congressos, encontros, simpósios e seminários); e pós-graduação nas áreas de psicologia (47%), educação (30%), saúde (18%) e administração (5%).

Esses dados podem indicar que tais profissionais buscam a formação acadêmica continuada para responder às demandas advindas dos processos de trabalho, de modo a garantir a qualidade do serviço. Além disso, o plano de carreira do Serviço Público Federal para Técnico Administrativo em Educação oferta uma progressão por capacitação profissional na carreira que deve ocorrer a cada 18 meses, mudando o padrão dos vencimentos a cada nível atingido: II (cursos de 120 horas), III (cursos de 150 horas) e IV (cursos de 180 horas). O plano de carreira também possibilita o incentivo financeiro ao servidor que possui educação formal superior à exigida para o cargo de que é titular. O benefício é pago em percentuais calculados sobre o padrão de vencimentos percebido pelo servidor, que são fixados em tabela e podem corresponder a 30% (especialização), 52% (mestrado) e 75% (doutorado).

Vale ressaltar que esses valores não são cumulativos (Lei n. 11.091, 2005; Lei n. 12.772, 2012).

Em relação à abordagem teórico-metodológica utilizada por esses profissionais no cotidiano de trabalho, 34% indicaram a psicanálise; 22%, a cognitivo-comportamental; 14%, a humanista; 11%, a sócio-histórica; 10%, a comportamental; 4%, a fenomenologia; 2%, o psicodrama; 1%, a teoria marxista; 1%, a psicossociologia do trabalho; e 1%, a filosofia da linguagem de Bakhtin.

Os dados deste estudo apontam que as abordagens clássicas, oriundas dos primeiros paradigmas epistemológicos e ontológicos da psicologia (psicanálise, cognitivo-comportamental e humanista), têm orientado o trabalho da maioria dos psicólogos que responderam ao questionário, evidenciando que ainda são as mais presentes na prática psicológica.

Assim, entende-se que a atuação no ensino superior pode exigir conhecimentos que estão fora dos modelos teóricos e práticos que a psicologia delimitou em seus campos de saber (Yamamoto & Oliveira, 2010), pois grande parte desses profissionais desenvolve suas atividades nas Ifes com foco na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes, o que pode demandar novos conhecimentos teóricos e técnicos que se articulem às reais necessidades dos discentes.

## **Inserção e prática profissional dos psicólogos que atuam nas Ifes**

A maioria dos psicólogos (58%) que respondeu ao questionário atua em instituições localizadas fora de regiões metropolitanas, o que pode estar relacionado ao processo de expansão e interiorização das Ifes nos anos recentes.

Esses dados também podem estar associados à ampliação da inserção de psicólogos em cidades de pequeno e médio porte do país nas últimas décadas, evidenciando uma interiorização da profissão. Outra possível relação é com a reestruturação urbana e o dinamismo socioespacial nas cidades brasileiras a partir da consolidação de diversas políticas e programas nas áreas de saúde, assistência social e educação (Macedo & Dimenstein, 2011).

Desse modo, a psicologia tem se inserido em novos espaços de atuação, propiciando uma redefinição da profissão, que historicamente se desenvolveu nos grandes centros urbanos (Macedo & Dimenstein, 2011). Tal movimento tem ampliado o mercado de trabalho para psicólogos, principalmente no campo das

políticas públicas e sociais, como as ações e os programas de acesso e permanência do ensino superior público federal.

Nesse contexto, ocorre uma mudança no tipo de público atendido e acompanhado pelos psicólogos, que passaram a lidar com assistência estudantil, trabalhando com as demandas dos estudantes que historicamente foram excluídos desse nível de ensino (negros, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e estudantes das classes trabalhadoras). Assim, o psicólogo é chamado a atuar cada vez mais na prevenção dos índices de reprovação, retenção e evasão, de modo a garantir a permanência e a qualidade do ensino (Medeiros, 2017).

Os dados mostraram também que a maioria dos psicólogos que respondeu à pesquisa (75%) direcionam suas atividades aos estudantes, 20% aos servidores e 5% à comunidade externa. Tais informações evidenciam a concentração de psicólogos nas ações de apoio ao estudante, o que pode estar relacionado ao crescimento exponencial de investimentos em políticas de permanência entre 2010 e 2015.

Os participantes da pesquisa relataram ainda que os principais desafios para sua prática profissional são: os altos índices de sofrimento psíquico apresentados pelos estudantes; os conflitos existentes no processo de ensino-aprendizagem; os problemas financeiros, familiares e afetivos dos discentes; as dificuldades dos alunos trabalhadores com a rotina acadêmica; a falta de perspectiva de um futuro profissional entre concluintes dos cursos de graduação; os preconceitos de gênero, cor/raça, classe social e deficiência no cotidiano acadêmico; a insuficiência de recursos humanos e financeiros; a precarização da rede de serviços dos municípios em que as Ifes estão inseridas; cobranças das chefias; dificuldades quanto ao entendimento do papel do psicólogo no ensino superior; fragilidades na articulação intersetorial; e a falta de abertura para diálogo com os docentes.

Observou-se que os desafios para os psicólogos atuantes nas Ifes são variados e multifacetados, passando diversos aspectos dos contextos político, social, econômico, cultural e institucional. Assim, as demandas desses profissionais são atravessadas por uma amplitude de elementos que não podem ser descartados no processo de intervenção, exigindo um olhar ampliado para que se desenvolvam ações capazes de promover mudanças nas políticas, programas e processos educacionais (Marinho-Araújo, 2009).

As principais atividades desenvolvidas pelos participantes são: orientação individual, grupal e sociofamiliar (82%); psicoterapia (78%); acolhimento (60%); aconselhamento (75%); plantão psicológico (50%); grupos terapêuticos (35%); atividades socioeducativas, como ações de sensibilização, palestras, oficinas e cursos (64%); psicodiagnóstico (15%); avaliação psicológica (31%); atividade em grupo sem caráter terapêutico (34%); orientação vocacional e profissional (31%); atividades administrativas (71%); orientação de estudos (31%); mediação de conflitos (55%); planejamento da política educacional da instituição (10%); acompanhamento sociofamiliar (14%); apoio às atividades pedagógicas (33%); planejamento e execução dos programas de assistência estudantil (34%); acompanhamento dos estudantes assistidos pelas ações da assistência estudantil (66%); atividades de gestão do serviço (27%); articulação e mapeamento com a rede socioassistencial/intersectorial (25%); e ações de prevenção/promoção da saúde (50%).

Os dados supracitados apontam que as intervenções dos psicólogos nas Ifes são marcadas pela variabilidade de ações, majoritariamente relacionadas à inclusão dos estudantes nos programas de permanência e ao acompanhamento deles ao longo do itinerário formativo (Moura & Facci, 2016; Zavadski & Facci, 2012). Por isso, a participação dos psicólogos na construção das políticas de acesso e permanência das Ifes é fundamental para as demandas dos estudantes (Lima, 2015; Marinho-Araújo, 2016).

Também é possível perceber que os psicólogos têm buscado realizar ações para atender toda a comunidade acadêmica – estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores. Uma importante ferramenta que poderia auxiliar nesse processo é o diagnóstico institucional, que objetiva compreender o movimento dos diversos elementos e atores que compõem o contexto educativo/acadêmico e participam dele, a fim de desenvolver ações de intervenção que favoreçam a inserção e a permanência no ensino superior (Santana et. al, 2014).

A grande maioria dos psicólogos que respondeu ao questionário (92%) atua em equipes multiprofissionais, compostas majoritariamente por assistentes sociais, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais. Há também quantidade significativa de equipes que contam com enfermeiros, técnicos em enfermagem, educadores físicos, médicos, nutricionistas e odontólogos.

As principais atividades desenvolvidas em equipe apontadas pelos psicólogos são: atividade em grupo



sem caráter terapêutico (34%); acompanhamento dos estudantes assistidos pelas ações da assistência estudantil (66%); atividades socioeducativas, como ações de sensibilização, palestras, oficinas e cursos (64%); acompanhamento sociofamiliar (14%); orientação psicopedagógica (33%); mediação de conflitos (55%); planejamento da política educacional da instituição (10%); articulação e mapeamento da rede socioassistencial e intersetorial (25%); planejamento e execução das ações de assistência estudantil (34%); participação em comissões; e desenvolvimento de extensão/pesquisa (10%).

De acordo com Feitosa e Marinho-Araújo (2016), a atuação em equipe possibilita o desenvolvimento de ações coletivas, que podem propiciar discussões relevantes sobre o contexto geral da educação superior, privilegiando a construção social do processo educativo com atividades que superem as concepções tradicionais de adaptação, patologização e psicologização das práticas educativas.

É importante destacar também que a maioria dos psicólogos (73%) afirmou articular suas atividades a serviços, programas e políticas da própria universidade e dos governos federal, estadual e municipal, sendo os mais citados: Sistema Único de Saúde (SUS); Centro de Atenção Psicossocial (Caps); Unidade Básica de Saúde (UBS); Centro de Referência da Assistência Social (Cras); Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas); Ambulatórios de Saúde Mental; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu); PNAES; e serviços existentes na própria Ifes (Programa de Educação Tutorial, monitoria, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e Núcleos de Inclusão).

Assim, entende-se que essa articulação entre diversos serviços, programas e políticas pode ajudar a garantir uma educação pública de qualidade para todos. Por isso, é fundamental o desenvolvimento de parcerias e ações para além do contexto educativo, visando consolidar uma prática profissional que busque a igualdade de oportunidades, a valorização das potencialidades das pessoas e a promoção do desenvolvimento humano em sua diversidade (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2015).

### **Considerações finais**

Os dados desta pesquisa indicam que, no contexto de expansão e interiorização das Ifes, a psicologia tem um campo profícuo de atuação, especialmente por

meio das políticas de acesso e permanência no ensino superior consolidadas pela implantação do PNAES.

Percebeu-se, na primeira etapa da pesquisa, que a maioria dos profissionais atuantes nas Ifes estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, e que o período com mais contratações de psicólogos para universidades federais foi de 2008 a 2017. Eles estão lotados em diferentes setores, mas a atuação na assistência estudantil tem se mostrado majoritária, evidenciando que a psicologia passou a ocupar outros campos de atuação nas Ifes para responder às demandas do PNAES de acompanhamento e avaliação dos estudantes beneficiados.

O tempo médio de formação inicial (graduação) desses profissionais é de 5 anos, com variação de 2 a 20 anos. A maioria dos psicólogos que respondeu ao questionário tem qualificação *lato sensu* ou *stricto sensu*, evidenciando um processo contínuo de formação.

Percebeu-se também que os desafios enfrentados pelos psicólogos no cotidiano das Ifes são variados e multifacetados. Nessa perspectiva, os profissionais têm desenvolvido diversas ações para responder às demandas, buscando construir uma atuação institucional que envolva todos os agentes do processo educacional como forma de apreender a multiplicidade de determinações sociais, culturais e históricas que perpassam o sistema educacional.

Desse modo, compreende-se que o psicólogo tem importância fundamental na construção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, que busque a socialização do conhecimento historicamente produzido e contribua para a construção de um modelo educacional e social diferente do existente e acessível a todos os cidadãos.

Observou-se ainda que a maioria dos psicólogos atua em equipes multiprofissionais e busca fazer parcerias com outros serviços, programas e políticas. Essa perspectiva de atuação pode ajudar a construir ações articuladas às reais necessidades de permanência dos estudantes no ensino superior.

É importante ressaltar que há diversas possibilidades e desafios para a atuação do psicólogo nesse ambiente, especialmente no planejamento e na execução das ações de assistência estudantil. Por isso, é necessário discutir quais têm sido os desdobramentos na prática profissional do psicólogo após a diminuição do repasse de recursos financeiros para as universidades federais, que ocorre desde 2016 e pode estar interferindo diretamente nas ações e programas de permanência estudantil.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa possa trazer algumas contribuições para a compreensão da prática do psicólogo nas Ifes, de modo a entender como tem se dado a inserção da psicologia, enquanto

profissão, na educação superior pública federal. É necessário continuar os estudos e reflexões sobre o trabalho do psicólogo nas universidades federais, especialmente na assistência estudantil.

## Referências

- Almeida, M. R. (2019). *A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: Um recorte do semiárido potiguar* [Tese de doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28342>
- Almeida, R. A., & Malagris, L. E. N. (2015). Psicólogo da saúde no hospital geral: Um estudo sobre a atividade e a formação do psicólogo hospitalar no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 754-767. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312013>
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil: Um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho*. Artmed.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010a). As mudanças no exercício profissional da psicologia no Brasil: O que se alterou nas duas últimas décadas e o que vislumbramos a partir de agora? In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: Um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho* (pp. 419-444). Artmed.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Rodrigues, A. C. A. (2010b). Uma categoria profissional em expansão: Quantos somos e onde estamos? In A. V. B. Bastos, & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil: Um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho* (pp. 32-44). Artmed.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araújo, C. M. (2014). Sucesso acadêmico na educação superior: Contribuições da Psicologia Escolar. *Revista Eletrônica de Educação e Saúde*, 4(1), 28-46.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araújo, C. M. (2015). Psicologia escolar na educação superior: Panorama da atuação no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 33-46.
- Cabral Neto, A., & Castro, A. M. D. A. (2018). Educação superior no Brasil: Disputas e tensões no processo de expansão pós-LDB. In I. Brzezinski (Org.), *LDB 1996 vinte anos depois: Projetos educacionais em disputa* (pp. 207-236). Cortez.
- Carvalho, R. R. S., & Ferreira, S. (2016). Universidades federais: Desafios da expansão e da democratização do acesso ao ensino superior. In S. Ferreira, & J. F. Oliveira (Orgs.), *Universidades públicas: Mudanças, tensões e perspectivas* (pp. 93-128). Mercado das Letras.
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* Edicon.
- Dantas, F. H. A. (2017). *A formação em psicologia no contexto da democratização do ensino superior* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23989>
- Decreto n. 1.590, de 10 de agosto de 1995. (1995, 11 de agosto). Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e fundações federais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1590.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm)
- Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. (2007, 25 de abril). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)
- Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. (2010, 20 de julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2016). Projeto 2 – *Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro* [Relatório final do contrato de prestação de serviço para o Conselho Federal de Psicologia]. <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-final-Projeto-2-1.pdf>

- Dias, J. S. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1223-1245. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>
- Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. (2016, 16 de dezembro). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)
- Feitosa, L. R. C., & Marinho-Araújo, C. M. (2016). Psicologia escolar nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: Oportunidades para a atuação profissional. In M. N. Viana, & R. Francischini (Orgs.), *Psicologia escolar: Que fazer é esse?* (pp. 176-186). Conselho Federal de Psicologia.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2018*. <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>
- Lei n. 11.091, de 142 de janeiro de 2005. (2005, 13 de janeiro). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm)
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 30 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)
- Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012. (2012, 31 de dezembro). Altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera a Lei nº11.091, de 12 de janeiro de 2005. *Diário Oficial da União*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. (2a ed.). Expressão Popular.
- Lhullier, L. A., & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: Levantando a ponta do véu. In L. A. Lhullier (Org.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho* (pp. 19-51). Conselho Federal de Psicologia.
- Lhullier, L. A., Roslindo, J. J., & Moreira, R. A. L. C. (2013). *Quem são as psicólogas brasileiras?* Conselho Federal de Psicologia.
- Lima, L. R. (2015). *Atuação do psicólogo escolar nos colégios de aplicação das universidades federais: Práticas e desafios* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-12082015-105844/publico/lima\\_corrigeida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-12082015-105844/publico/lima_corrigeida.pdf)
- Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: Um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29(4), 718-737. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da psicologia: Reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192.
- Marinho-Araújo, C. M. (Org.). (2009). *Psicologia escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, prática e formação*. Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações em psicologia escolar: O contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia*, 33(2), 199-211. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>
- Medeiros, M. W. A. (2017). A interiorização das universidades federais: Desafios e potencialidades da psicologia escolar em novos contextos. In F. Negreiros, & M. P. R. Souza, *Práticas em psicologia escolar: Do ensino técnico ao superior. Vol. 4* (pp. 233-245). EDUFPI.
- Moura, F. R., & Facci, M. G. D. (2016). A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: Configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 503-514. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031036>


- Oliveira, A. B. (2016). *O psicólogo na assistência estudantil: Interfaces entre psicologia, saúde e educação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Instituto de Psicologia da UFU. <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/node/454>
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Costa, A. L. F., Silva, F. L., Alverga, A. R., Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (2004). O psicólogo nas unidades básicas de saúde: Formação acadêmica e prática profissional. *Interações*, 9(17), 71-89.
- Paula, M. F. C., & Lamarra, N. F. (Orgs.). (2011). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Ideias & Letras.
- Portaria n. 807, de 18 de junho de 2010. (2010, 21 de junho). Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM como procedimento de avaliação. *Diário Oficial da União*.
- Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. (2016, 6-7 de abril). Dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Saúde*. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Santana, A. C., Pereira, A. B. C., & Rodrigues, L. G. (2014). Psicologia escolar e educação superior: Possibilidades de atuação profissional. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 229-237. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182736>
- Santos, A. G. (2018). *O ideário neoliberal e a precarização do trabalho do/a psicólogo/a nas políticas sociais nos estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria]. Manancial. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20212>
- Seidl, E. M. F., Duarte, S. C. S., Magalhães, D. B., & Costa, M. V. (2019). Profile and professional practices of health psychologists of the Federal District. *Trends in Psychology*, 27(1), 249-264. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-18>
- Souza, J., Araújo, D., & Paula, D. (2015). Mídia social *WhatsApp*: Uma análise sobre as interações sociais. *Revista Alterjor*, 11(1), 131-165.
- Silva, L. B., & Costa, N. C. D. (2018). Acesso e permanência em desproporção: As insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. *Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, 6(2), 166-192.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>
- Yamamoto, O. H., Siqueira, G. S., & Oliveira, C. C. (1997). A psicologia no Rio Grande do Norte: Caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 42-68. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100004>
- Yamamoto, O. H., Trindade, L. C. B. O., & Oliveira, I. F. (2002). O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. *Psicologia USP*, 13(1), 217-246. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000100011>
- Zavadski, K. C., & Facci, M. G. (2012). A atuação do psicólogo escolar no ensino superior e a formação de professores. *Revista de Psicologia da USP*, 23(4), 683-705. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000400004>

---

#### Mônica Rafaela de Almeida

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Psicóloga da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), Mossoró – RN. Brasil.


E-mail: [monica.almeida@ufersa.edu.br](mailto:monica.almeida@ufersa.edu.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-6199-0138>

#### Isabel Fernandes de Oliveira

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, Natal – RN. Brasil.


E-mail: [fernandes.isa@gmail.com](mailto:fernandes.isa@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-2153-762X>

*Pablo de Sousa Seixas*

Doutor em Psicologia pela UFRN. Professor da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (Facisa) da UFRN, Santa Cruz – RN. Brasil.

E-mail: pablo.seixas@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7718-064X>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Rua Francisco Mota, 572, Presidente Costa e Silva. CEP: 59625-900. Mossoró – RN. Brasil.

*Recebido* 15/02/2019

*Aceito* 07/08/2020

*Received* 02/15/2019

*Approved* 08/07/2020

*Recibido* 15/02/2019

*Aceptado* 07/08/2020

*Como citar:* Almeida, M. R., Oliveira, I. F., & Seixas, P. S. (2021). Formação acadêmica e prática profissional dos psicólogos que trabalham em universidades federais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003220014>

*How to cite:* Almeida, M. R., Oliveira, I. F., & Seixas, P. S. (2021). Academic training and professional practice of psychologists working in federal universities. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003220014>

*Cómo citar:* Almeida, M. R., Oliveira, I. F., & Seixas, P. S. (2021). Formación académica y práctica profesional de los psicólogos que trabajan en universidades federales. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003220014>